

INVENIRE

REVISTA DE BENS CULTURAIS DA IGREJA

N.º 10 Jan.-Jun. 2015 | 9 €

CIÊNCIA E FÉ

um olhar imensamente positivo

UMA CERVEJA IMPOSSÍVEL

património português em Mazagão

portfolio UM TESOURO DE FÉ NOS AÇORES

MUSEUS DA IGREJA **caderno**

O ZERO E O UM



Musealizar o Sagrado



MARIA ISABEL ROQUE

Universidade Europeia, CIDEHUS

Sagrado, do latim *sacer*, significa etimologicamente aquilo que é consagrado aos deuses, opondo-se ao profano, e cujo contacto deve ser evitado (cf. Benveniste, 1969: 189). A condição de sagrado envolve, assim, um sentido de transcendência e de interdição que é transversal a todo o fenómeno religioso e implica uma inevitável separação entre o sagrado e o profano, ou o divino e o humano. Porém, o termo *sacer* tem também um carácter ambíguo que, simultaneamente, suscita a veneração e o horror (cf. Benveniste, 1969: 188), pelo que a interdição assume uma função protetora, quer em relação ao sagrado, evitando-lhe a profanação, quer em relação ao homem, defendendo-o das consequências terríficas de um contacto indevido com uma força sobrenatural.

A interdição do sagrado está subjacente em todo o relato vetero-testamentário. Ao manifestar-se a Moisés no monte Sinai, Deus ordenou-o para que delimitasse o espaço divino, impedindo a aproximação dos homens e advertiu-o acerca dos efeitos da transgressão dos limites traçados (Ex 19, 12-13). E, mesmo no momento em que estabelece a aliança com o seu povo, Deus reafirmou a qualidade absoluta dessa separação, que se estende a tudo o que for consagrado (Ex 30, 25-29). Neste sentido, a musealização da *res sacra* afigura-se inexequível. Porém, no Novo Testamento, o tema da aliança entre Deus e o seu povo, adquire um significado mais amplo através do mistério eucarístico (Mt 26, 17-30; Mc 14, 12-26; Lc 22, 7-38), gerando o pressuposto de que, no contexto do cristianismo, apenas Deus é santo em sentido absoluto.

Na liturgia católica, o ritual eucarístico revive o mistério da Última Ceia: no momento da consagração, o altar é a mesa do sacrifício e os objetos que recolhem o pão e o vinho tornam-se os recipientes do corpo e do sangue de Cristo. Por isso, a patena e o cálice, tal como o altar, são objeto de consagração

com o óleo crismal, tornando-se sagrados e interditos, enquanto as restantes alfaia e paramentos litúrgicos são benzedidos. A consagração e a bênção integra-os no domínio do sagrado, mas, dado que no cristianismo a santidade entitativa não se aplica aos objetos materiais, todos os objetos litúrgicos adulterados ou retirados do culto são implicitamente execrados (cf. Igreja Católica, 1983: can. 1212-1238) e podem assumir uma nova funcionalidade, nomeadamente, de cariz museológico.

Os primeiros museus, constituídos a partir de finais do século XVIII como grandes repositórios da criação artística, integravam importantes espólios de origem religiosa, pelo que “esta ocorrência marca a pioneira conversão do objeto sagrado ou religioso em objeto museológico, ou seja, à sua passagem do registo sobrenatural, ligado à liturgia e ao ritual de comunicação com o divino, para o ambiente secularizado e concreto da vivência humana” (Roque, 2011: 29-30). Nos primórdios da museologia, as coleções de iconografia religiosa, alfaia litúrgicas e objetos de devoção, organizavam-se em função dos princípios historicistas e positivistas prevalentes na época: as obras eram agrupadas por tipologias materiais (pintura, escultura, artes decorativas) e ordenadas por critérios estilísticos ou cronológicos.

Este modelo conceptual marcou a museologia dos séculos XIX e XX, qualquer que seja a tutela, laica ou eclesiástica. A presença do objeto religioso no museu não se determinava pelo significado imaterial no domínio do ritual ou da devoção particular, mas por critérios de validação estética, que suprimiam todas as referências simbólicas que lhes tinham sido inerentes no contexto original. Ou seja: o objeto religioso, litúrgico ou devocional, ao ingressar no museu, era assumido exclusivamente enquanto obra de arte.

A descontextualização, intrínseca à musealização, ganha contornos específicos no caso do objeto religioso. O museu desvenda os aspetos formais do objeto, mas tende a ignorar a densidade semântica da sua função teológica, litúrgica ou



devocional. Por outro lado, o equipamento museográfico e os dispositivos de segurança, a sobriedade do espaço, a imposição de uma atitude de reverência e veneração silenciosa - em certa medida, recriando o museu como um novo templo - aumentam o afastamento do público e acentuam a descontextualização do objeto. Aplicando o conceito de signo semiológico, o museu tende a expor o significante em detrimento do significado, ao apresentar o sentido literal do signo, a denotação, mas não a sua dimensão metafórica, ou as suas conotações.

A recente valorização do património intangível¹ implica a referência aos rituais e às crenças na exposição do objeto religioso. A Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, criada em 1993², propõe a prática museológica como um processo adequado para a preservação do património, em particular na sequência das reformas litúrgicas e pastorais, anexando-lhe objetivos catequéticos (cf. 2000: 53). Por seu turno, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) determina que: "Os acervos de (...) material de caráter sagrado devem ser adquiridos somente se puderem ser conservados em segurança e tratados com respeito. Isto deve ser feito de acordo com normas profissionais, resguardando, quando conhecidos, os interesses e crenças da comunidade ou dos grupos religiosos (...) dos quais os objetos se originaram." (ICOM, 2009: 2.5) Vislumbra-se, aqui, o conceito de *post-museum*, enunciado por Hooper-Greenhill (2000), no sentido de museu centrado na comunidade e na diversidade da sua cultura imaterial.

Subjacente a esta nova consciência, está o critério de rigor. Nem o museu de tutela eclesial deve exceder-se na intenção confessional, nem o museu de tutela civil pode confundir a isenção com a ausência de referências religiosas; ambos estão obrigados a transmitir informações precisas e escrupulosas acerca dos aspetos formais, estilísticos e iconográficos, simbólicos e funcionais dos objetos expostos, promovendo a visibilidade de todas as perspetivas epistemológicas e interpretativas.

Retomando a abordagem semiótica, pode afirmar-se que as novas correntes museológicas em torno do objeto religioso agregam a função-signo, que corresponde ao processo de semantização do uso. O objeto é assumido através da sua pluralidade semântica como uma unidade do discurso expositivo em que intervém todo o conjunto de objetos expostos, bem como as relações estabelecidas entre eles, com o dispositivo museográfico e informativo, com o espaço em que se inserem e com o público que o aborda. Qualquer que seja a perspetiva dominante, ou o tema do discurso, isso não impede que o museu proponha leituras alternativas e informações complementares, quer no contexto físico da exposição, quer no espaço virtual através das novas vias da comunicação eletrónica.

Seja apresentado num museu de arte ou de religião, o objeto é substantivamente o mesmo. É o modelo de exposição e o conjunto de relações semânticas operadas no discurso museológico que alteram a sua perspetiva, como obra de arte, documento histórico, ou objeto religioso.

A particularidade dos museus de religião face a outras tipologias museológicas que integram objetos religiosos nas suas coleções e, em particular, aos museus de arte, reside sobretudo no processo de seleção e de organização no guião expositivo. No museu de arte, os objetos, identificados por critérios patrimoniais e artísticos, são resguardados pelo aparato museográfico que, em simultâneo, lhes realça os aspetos formais e denotativos. Por seu turno, no museu de religião, os objetos são recrutados em função das conotações teológicas, litúrgicas ou devocionais, mesmo que de baixo ou médio valor patrimonial, o que permite aligeirar os dispositivos de segurança e construir encenações dos contextos funcionais e simbólicos de origem. O objeto recupera os aspetos mais significativos da sua função-signo e representa-os através das conexões que estabelece com os demais e da posição relativa que lhe é atribuída nesse conjunto. Este modelo expositivo elabora uma mensagem intuitiva acerca da função primordial do objeto e dos conceitos



religiosos, complementada com dispositivos textuais e gráficos que confirmam e ampliam os dados relativos ao seu conteúdo funcional e conceptual. As combinações entre objetos, a sua disposição analógica e os elementos de comunicação visual e textual compõem um quadro conceptual muito rico e eficaz no âmbito da exposição do sagrado, no sentido em que permite induzir a conotação do discurso museológico.

A museologia que tem vindo a ser explorada em torno do património religioso abre novas vias à representação conceptual do património intangível, incluindo a sua aplicação aos espaços que se mantêm afetos ao culto, em resposta à crescente iliteracia dos públicos nos domínios da religião, da teologia e da liturgia. Acima de tudo, trata-se de recuperar uma matriz da nossa cultura. ■

1. A Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial da UNESCO foi aprovada em 2003.

2. Em substituição da Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico da Igreja, de 1988.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, E. (1969) - *Le vocabulaire des institutions indo-européennes: Pouvoir, droit, religion*. Paris: Ed. de Minuit. Vol. 2.
 HOOPER-GREENHILL, E. (2000) - *Museums and the interpretation of visual culture*. London-New York: Routledge.
 ICOM (2009) - *Código de Ética do ICOM para museus*. Retrieved from <http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>
 IGREJA CATÓLICA (1983) - *Código de direito canónico = Codex iuris canonici*. (A. Leite, Ed.). Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2000) - *Os bens culturais à guarda dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica* (Roma, 10 abr. 1994). In *Os bens culturais da Igreja*. Lisboa: Paulinas, p. 51-67.
 ROQUE, Maria Isabel (2011) - *O sagrado no museu: Musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Página 56: Ostensório do Sacramento, Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra

Página 57: Exposição de arte religiosa, Museu do Oriente, Lisboa

Página 58: Exposição analógica do altar, Museu de Arte Sacra e Etnologia, Fátima

Fotos Maria Isabel Roque